

Educação Financeira no Brasil: Dinâmica do Ensino sobre Finanças e Abrangência dos Produtos Financeiros no Brasil

FELIPE QUIODINE DE DE SOUSA

UFABC- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ANAPATRICIA DE OLIVEIRA MORALES VILHA

UFABC- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Resumo

A Educação Financeira é uma área de estudos da Economia e da Administração que reúne teorias, técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem, com o intuito de facilitar a apreensão de conhecimentos, a adoção de comportamentos e atitudes relativos ao uso de recursos financeiros. Na área da Economia, a relevância da educação financeira tem raízes no campo mais amplo da Economia da Educação, inscrita na Teoria do Capital Humano proposta por Schultz e Becker ainda nos anos 1960.

Palavras Chave

Educação Financeira, Produtos Financeiros , Finanças

Educação Financeira no Brasil: Dinâmica do Ensino sobre Finanças e Abrangência dos Produtos Financeiros no Brasil

RESUMO

O objetivo deste ensaio é analisar a Educação Financeira no Brasil, destacar sua dinâmica de ensino sobre finanças e abranger alguns produtos financeiros oferecidos no Brasil. Podemos dizer que os fatos da história recente contribuíram para o aumento das iniciativas e para dar ao tema algum destaque em políticas públicas. A educação financeira é a ferramenta mais prática que o cidadão possa ter para lidar com essas e outras situações econômicas no dia a dia, porém ela não é o único foco de atenção que governantes, empresas e sociedade devem ter. Utilizamos um mapa localizador do Banco Central do Brasil (BCB), ao qual deriva-se da influência econômica da participação do cidadão, onde divide-se em quatro espectros: Educação Financeira; Inclusão Financeira; Proteção do consumidor; Participação dos debates sobre o sistema financeiro. A importância cada vez maior da educação financeira também se justifica pela necessidade do cumprimento dos deveres de cada cidadão para com a sociedade, visto que pessoas educadas financeiramente tendem planejar melhor suas compras e cumprir seus compromissos financeiros.

Palavras-chave: Educação financeira; produtos financeiros, bancos; poupança; investimentos.

Classificação JEL: D14. E52. G10. G21.

Área 4: Educação Financeira, Produtos Financeiros e Finanças

ABSTRACT

The objective of this work is to describe and analyze Financial Education in Brazil, highlight its teaching dynamics on finance and cover the main financial products offered in Brazil. We can say that the facts of recent history have contributed to the increase of initiatives and to give the theme some prominence in public policies. Financial education is the most practical tool that citizens can have to deal with these and other economic situations on a daily basis, but it is not the only focus of attention that governments, companies and society should have. We use a locator map from the Central Bank of Brazil (BCB), which uses the economic influence of citizen participation, where it is divided into four spectrums: Financial Education; Financial Inclusion; Consumer protection; Participation in debates on the financial system. The increasing importance of financial education is also justified by the need to fulfill the duties of each citizen towards society, as financially educated people better plan their purchases and fulfill their financial commitments.

Keywords: Financial education; financial products, banks; savings; investments.

1. Introdução

A Educação Financeira é uma área de estudos da Economia e da Administração que reúne teorias, técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem, com o intuito de facilitar a apreensão de conhecimentos, a adoção de comportamentos e atitudes relativos ao uso de recursos financeiros.

Na área da Economia, a relevância da educação financeira tem raízes no campo mais amplo da Economia da Educação, inscrita na Teoria do Capital Humano proposta por Schultz e Becker ainda nos anos 1960. A contribuição de Schultz reside sobre a percepção do conhecimento humano como uma forma de capital, em que a decisão de investir neste é feita buscando aumentar a produtividade do trabalhador e os níveis de crescimento econômico, no nível agregado. Com os avanços dos estudos sobre o tema, as ideias básicas de Schultz e Becker sofreram críticas e contribuições; no entanto, ainda persiste a ideia de correlação positiva entre o nível de educação e o crescimento econômico (KELNIAR, LOPES, & PONTILI, 2013).

No contexto da chamada financeirização dos mercados, a educação financeira é ainda mais necessária visando reduzir a incompatibilidade entre a complexidade do sistema financeiro e a capacidade de os consumidores o utilizarem de forma consistente e equilibrada sob o ponto de vista do que se espera do processo de acumulação de capital. Além disso, os consumidores correm riscos de usar recursos de que prejudique o seu bem-estar. Consumidores com baixo nível de educação financeira tendem a tomar empréstimos com taxas maiores e a se endividarem mais facilmente (KLAPPER, LUSARDI, & OUDHEUSDEN, 2014).

Behrman et al. (2012) citam que ao investir na educação financeira, tanto os indivíduos como as empresas e os governos poderão ter um aumento da riqueza e do bem-estar das famílias. Há trabalhos científicos publicados que revelam diferentes iniciativas de projetos em educação financeira ao redor do mundo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

No Brasil, sua história recente contribuiu para o aumento de incertezas da conjuntura de hiperinflação e baixo crescimento da economia, especialmente entre os anos de 1980 e 1990 (SOARES, 2016). Não obstante, as autoridades brasileiras trataram pela primeira vez a educação financeira em 2007 quando o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – reuniram-se formando o Comitê de Regulação dos Mercados Financeiros (COREMEC), com o objetivo de pesquisar políticas que ampliassem o nível de conhecimento financeiro da população. Em que pese a intensificação das iniciativas e a institucionalização das instâncias regulatórias e mediadoras para a educação financeira no Brasil, como a urgência do atendimento das necessidades cotidianas das pessoas pode ser conciliada com os produtos financeiros disponíveis no país?

2. A financeirização e seus processos

Entende-se que o processo de financeirização originou-se em decorrência das transformações mundiais do sistema monetário e financeiro (década de 1960), a saber: a) a crise do sistema de Bretton Woods e sua respectiva alteração do “padrão monetário mundial”; b) a internacionalização dos chamados “mercados de capitais”, o aumento da inovação e da concorrência financeira e o acontecimento de desintermediação bancária; c) o aparecimento de novos e poderoso agentes financeiros, como fundos de pensão, fundos mútuos e companhias de seguros, e suas implicações decorrido dessas mudanças institucionais sobre a concentração e aumento da liquidez financeira fora do ciclo do Banco Central; d) a estagflação e a consolidação da preeminência dos Estados Unidos pelo viés da nova gestão da política monetária, com aumento significativo das taxas de juros em 1979; e e) as alterações nas táticas das grandes empresas industriais, pela modificação das estruturas patrimoniais, como o grande aumento das operações de fusões e aquisições (*M&A*). O conjunto dessas transformações, que deram origem a uma nova norma sistêmica de riqueza, aponta, em certo sentido, uma alteração no centro do crédito, do patrimônio e do dinheiro.

A financeirização refere-se a uma tendência econômica e social em que o setor financeiro desempenha um papel cada vez mais dominante na economia em detrimento de outros setores, como a produção de bens e serviços. Isso envolve a crescente influência e importância das

instituições financeiras, como bancos, fundos de investimento, empresas de private equity e mercados de capitais, nas atividades econômicas.

Em outras palavras, a financeirização é caracterizada por várias tendências e mudanças na economia global, incluindo:

- a) **Dominância do Setor Financeiro:** O setor financeiro assume um papel central na alocação de recursos e na tomada de decisões econômicas. Isso muitas vezes resulta em uma ênfase excessiva nos lucros financeiros em detrimento da criação de valor real.
- b) **Crescimento do Mercado de Capitais:** A expansão dos mercados de ações e títulos leva a um aumento na negociação de ativos financeiros e na especulação, muitas vezes em detrimento da economia real.
- c) **Financeirização das Empresas:** As empresas frequentemente buscam maximizar o valor para os acionistas, priorizando os retornos financeiros de curto prazo em vez de investir em pesquisa, desenvolvimento e expansão de suas operações.
- d) **Aumento da Dívida Financeira:** Empresas, governos e indivíduos frequentemente recorrem à dívida financeira para financiar suas operações, o que pode levar a níveis insustentáveis de endividamento.
- e) **Produtos Financeiros Complexos:** A criação e comercialização de produtos financeiros complexos podem aumentar a opacidade e o risco nos mercados financeiros.
- f) **Desigualdade Econômica:** A financeirização muitas vezes está associada a um aumento na desigualdade econômica, pois os benefícios financeiros tendem a favorecer aqueles que já possuem riqueza e ativos financeiros.

Por fim, a financeirização tem implicações significativas para a estabilidade econômica e social. Embora possa oferecer oportunidades de crescimento econômico e acesso a capital, também pode levar a crises financeiras, instabilidade e desigualdade. Portanto, é um tema de debate e pesquisa importante no campo da economia e das políticas públicas.

Conforme declara Braga (1998), a financeirização pode ser definida como uma norma sistêmica de riqueza, na medida em que ela gera dinâmica estrutural articulada segundo os princípios da lógica financeira. Esta norma de riqueza, mais especificamente, determina as formas contemporâneas de produzir e acumular a riqueza. Pode-se entender que ela não é o apenas o resultado de métodos de segmentos ou de setores específicos (rentistas e capital bancário), contudo diferencia as estratégias de todos os entes relevantes privados, como grandes empresas industriais, as famílias, o banco central, o tesouro nacional etc. Por esse lado, a financeirização condiciona as operações de financiamento e de despesas públicas, por modificar a dinâmica macroeconômica.

Pode-se entender que a noção de financeirização foi adentrada a fim de adequar a perspectiva crítica às conjecturas fundamentais da teoria tradicional, em especial a concepção do papel dos mercados financeiros sobre a hipótese de eficiência alocativa (PALLEY, 2007). Portanto, a financeirização apresenta uma outra visão dos mercados financeiros, não mais por meio do padrão da eficiência alocativa, porém sim no contexto de todo o sistema econômico. Os mercados financeiros são considerados como subconjuntos do sistema econômico que distribui o poder e afeta a dinâmica da produção e da distribuição de renda.

Atualmente, as características básicas do mercado financeiro podem ser descritas em: a) um mercado secundário de grande escala, que confere alto grau de negociação aos países; b) liquidez e mobilidade, que permite entradas e saídas de diferentes ativos; e c) volatilidade dos preços dos ativos, decorrente das mudanças frequentes de avaliação por parte dos agentes.

Para entender o processo de financeirização no Brasil, destaque-se que no início dos anos 1960, segundo Hermann (2002), eram apresentados três modelos paradigmáticos de financiamento de investimento: a) sistema de mercado de capitais (SMC), desenvolvido nos EUA e na Inglaterra; b) sistema de crédito privado (SCP), da Alemanha; e c) sistema de crédito governamental (SCG), do Japão e da França. A reforma financeira brasileira implantada entre

1964 e 1967 foi planejada nos moldes do modelo americano de SMC. O sistema bancário brasileiro, no entanto, desenvolveu-se apoiado no âmbito dos depósitos, no mercado de crédito, e não do mercado de capitais (investimentos). Isto causou um modelo completamente diferente, baseado no crédito público e externo, e que está no centro das especificidades do processo de financeirização no Brasil.

3. O setor bancário no Brasil

O setor bancário brasileiro não foi concebido sob a inspiração de um sistema financeiro que funcionasse altamente concentrado ou de forma conglomerada. Baseado no princípio da especialização e flexibilização do sistema – o que permitiria o desenvolvimento da intermediação financeira e a maior mobilização dos recursos –, o setor passou, por isso, a desvirtuar-se dos compromissos fundadores em função dos desdobramentos provocados pelas reformas financeiras pelas quais se reestruturou. De um lado, o setor financeiro tratou logo de ajustar-se ao processo de acumulação financeira (aplicação em ativos financeiros) e, por conseguinte, ao processo de fusões e incorporações bancárias.

Dessa forma, a centralização bancária teve o objetivo de aumentar a captação de recursos, o que levou à consequente concentração do sistema bancário, reforçada pelos benefícios fiscais e creditícios oferecidos pelas autoridades governamentais e pela percepção de certos agentes bancários com relação às oportunidades futuras.

O processo de concentração bancária no Brasil foi consolidado durante a década de 1990. O ano de 1994 marcou a adesão do Brasil ao acordo da Basileia e a conclusão da renegociação da dívida externa brasileira conforme os parâmetros do Plano Brady. Isto foi denominado, segundo Hermann (2002), de segunda fase da política de liberalização financeira, ao mudar-se o regime de formação de preços nesta economia a partir da implementação do Plano Real, em 1994. Este programa de estabilização provocou alterações significativas na configuração do sistema financeiro brasileiro. Depois de um longo período de ganhos decorrentes de passivos não remunerados, a queda abrupta da inflação gerou a expressiva perda de receitas. Além disso, a queda da inflação comprometeu a capacidade dos bancos para avaliar corretamente os investimentos e os riscos, visto que grande parte do sistema bancário se especializou na captação de recursos de terceiros e na consequente apropriação de imposto inflacionário, que provocou um tipo particular de financeirização por inflação ou, mais precisamente, por ganhos inflacionários.

No entanto, sob esse processo de mudança estrutural no sistema bancário financeiro brasileiro, que representava um novo regime monetário-financeiro não inflacionista, o eixo da acumulação financeira deslocou-se em direção aos derivativos e títulos de renda fixa conectados ao endividamento público, sob taxas reais de juros extremamente elevadas, se comparadas aos níveis internacionais. Assim, os ganhos inflacionários são rapidamente substituídos pela renda de juros, somada aos retornos com ativos financeiros transacionados em escala internacional.

Durante a segunda metade da década de 1990, o Brasil sofreu três ataques especulativos: 1995, 1997 e 1998-1999. Dado que estes ataques ocorreram na sequência de graves problemas financeiros no exterior, podem ser caracterizados como crises de contágio, que suscitaram novas formas de regulamentação com vistas a garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional (SFN). Mas estas crises também se alimentavam de fatores endógenos ao regime de acumulação brasileiro, por aprofundarem a vulnerabilidade do país e revelarem a fragilidade estrutural. Naquele momento, foram levantadas numerosas interrogações sobre a capacidade do SFN para gerir o fenômeno de entrada massiva de capitais voláteis de curto prazo, sem se fragilizar macroeconomicamente. Com base nesta perspectiva histórica e institucionalista

acerca das origens e desenvolvimento do processo de financeirização, as consequências sobre a evolução da economia brasileira atual serão analisadas na próxima seção.

4. Dimensões da Educação Financeira

A cidadania financeira, entendida como o pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo. No âmbito internacional, há uma ascensão da educação financeira para o pleno exercício dos direitos devido a uma série de fatores. Alguns deles são a “grande faixa de opções de produtos e serviços financeiros de empréstimo e investimento, as novas tecnologias para acesso e comercialização, o aumento da expectativa de vida da população e as recentes reformas nos sistemas previdenciários que gradualmente transferem dos governos para os cidadãos a responsabilidade sobre sua aposentadoria” (OCDE, 2018).

O conceito de educação financeira adotado em 2005 pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) diz que:

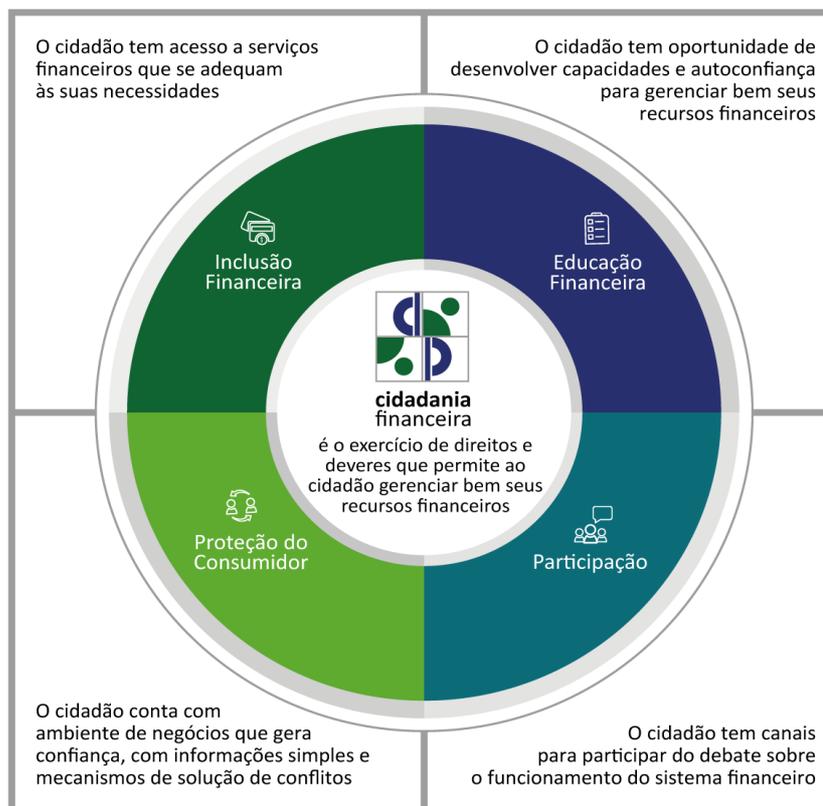
“A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção (OCDE, 2005)”.

No Brasil a necessidade da educação financeira é agravada pela altíssima diferença da taxa de empréstimo e de sua captação (*spread* bancário), considerando que parte da população desconhece o acesso adequado aos mecanismos que o sistema financeiro oferece, não obstante a presença de bancos, cooperativas ou correspondentes, endossados pela cultura gerada por décadas de inflação alta.

Outro fator determinante para o *spread* bancário pode ser atribuído à concentração bancária. O sistema financeiro possui, em sua grande maioria, correntistas advindos dos 5 grandes bancos de varejo, sendo três deles privados (Bradesco, Itaú e Santander); e dois públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), ainda que tenhamos um efeito de pulverização do sistema com o surgimento dos bancos digitais, como o Nubank, C6, Inter, entre outros.

De forma análoga ao papel da educação financeira no país, o Banco Central do Brasil (BCB) criou uma espécie de mapa localizador da influência econômica da participação do cidadão (Figura 1), em quatro espectros: Educação Financeira; Inclusão Financeira; Proteção do consumidor; e Participação dos debates sobre o sistema financeiro.

FIGURA 01: Mapa da cidadania financeira



Fonte: Banco Central do Brasil (2012)

Primeiro espectro: Educação Financeira

A importância da educação financeira pode conferir maior confiança ao processo decisório e acesso ao sistema financeiro, qualificando a escolha do banco mais adequado ao seu perfil, pagamento de taxas menores, entre outras variáveis relacionadas. Adiciona-se a esse contexto a elevação das chances de chegar à aposentadoria com reservas financeiras maiores ou rendas complementares; a redução do risco de superendividamento, e o apoio aos pequenos e médios empreendimentos.

Segundo espectro: Inclusão Financeira

A inclusão financeira trata da acessibilidade dos cidadãos aos produtos financeiros essenciais, como investimentos, crédito e plataformas digitais. Isto posto, é lícito afirmar que praticamente em todos os municípios, há, pelo menos, um ponto de atendimento bancário. Todavia, fatores como a crescente utilização de canais digitais e a preocupação com questões de segurança começam a mudar esse cenário.

Terceiro espectro: Proteção do consumidor

Trata-se do sistema em que os consumidores de produtos financeiros possuem a credibilidade e transparência deste e seus respectivos canais de resoluções de problemas. A proteção financeira para o consumidor começou a ser enfatizada depois da crise de 2008, com o aumento da oferta de produtos financeiros e sua complexidade de acesso e uso.

Quarto espectro: Participação dos debates sobre o sistema financeiro

Atualmente, instituições como o Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor), Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e Anbima (Associação brasileira das entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais) discutem entre si o funcionamento do mercado financeiro,

entretanto, não democratiza o acesso ao debate na razão da necessidade requerida pelos mercados sob o contexto imposto pela realidade.

5. Procedimentos e técnicas de pesquisa

Para o levantamento das iniciativas acerca dos dados empíricos da pesquisa, realizou-se um levantamento das iniciativas e dos produtos financeiros nos relatórios de dados disponíveis nos *websites* do Banco Central do Brasil (BCB), Serviço de Proteção ao Consumidor (SPC) e Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Para tanto, estruturou-se três eixos de análise dos dados obtidos, em conformidade com o referencial teórico disposto neste trabalho, sendo:

- **Conscientização financeira:** Trata-se do processo de adquirir conhecimento, habilidades e compreensão sobre questões relacionadas ao dinheiro e às finanças pessoais. Em outras palavras pode-se afirmar também que é o desenvolvimento de uma consciência sólida e informada sobre como gerenciar eficazmente as finanças pessoais, tomar decisões financeiras bem fundamentadas e alcançar objetivos financeiros de longo prazo;
- **Poupança, investimentos e produtos financeiros:** Ferramentas do mercado financeiro para gestão financeira das famílias e empresas. Há diversos caminhos para alavancagem, crescimento e acúmulo de capitais, de acordo com os objetivos de cada pessoa;
- **Ferramentas de promulgação da educação financeira:** Série de políticas e ações que visam a propagar o conhecimento, ferramentas e habilidades de melhor gerenciamento dos recursos financeiros. Plataforma de gerenciamento de orçamentos, planilhas específicas, cursos e vídeos educativos, são alguns exemplos de como promulgar a educação financeira a todas as camadas da sociedade.

5.1 Consumo planejado e consciente

Todo ser humano está em constante conflito entre o que deseja contrair e o que seus recursos financeiros permitem. Tal conflito exige planejamento de consumo. Os desejos são ilimitados, mas os recursos são limitados. Há, portanto, um conflito entre consumir hoje ou poupar e postergar o consumo. Muitas vezes, há o querer consumir mais do que a renda atual permite. Muitas pessoas não conseguem se controlar e acabam se endividando de maneira insensata. O ato de consumir não é errado; ao contrário, o consumo satisfaz as necessidades e desejos. O consumo possibilita o atingimento de sonhos, como realizar uma viagem tão desejada. Para evitar que o dilema entre o querer e o poder se transforme em uma dificuldade financeira, deve-se planejar com cuidado o consumo.

Quando se paga uma conta em dia, evitando a cobrança de uma multa por atraso, por exemplo, está potencializando o uso do dinheiro. Quando se desliga as luzes de ambientes vazios ou se fecham as torneiras enquanto escova os dentes ou se planeja para evitar que produtos tenham a validade vencida, está se consumindo de forma mais eficiente. Ou, ainda, quando se poupa por alguns meses até conseguir comprar uma nova TV à vista, além de economizar os juros que seriam pagos em um financiamento, pode-se conseguir um desconto por pagar à vista e, com isso, ter acesso a um aparelho melhor.

Acontece que, mesmo sem perceber, o cidadão está sendo induzido a comprar determinado produto/serviço em sua dimensão afetiva (apelo emocional) ou pela dimensão cognitiva (apelo racional), conforme demonstrado na Figura 2.

FIGURA 02: Gatilhos de compra por impulso

Média do Grau de Concordância (escala de 1 a 6)	Geral	COMPRAS IMPULSIVAS		
		Baixa Impulsividade	Média Impulsividade	Alta Impulsividade
DIMENSÃO AFETIVA	2,7	2,3	2,8	3,0
Urgência da Compra	2,8	2,4	2,9	3,1
Emoções	2,6	2,2 ↓	2,7	2,9
Gestão do Humor	2,7	2,2 ↓	2,8	2,9
DIMENSÃO COGNITIVA	2,7	2,3	2,8	3,0
Deliberação Cognitiva	2,7	2,3 ↓	2,8	2,9
Desconsideração do Futuro	2,7	2,2	2,7	3,0

Fonte: SPC Brasil, 2018.

Nesse caso, independentemente do caso, o consumidor acaba sendo influenciado a adquirir e, conforme sua urgência e necessidade, isso pode afetar ainda mais sua capacidade de escolha. E tal gráfico traz a reflexão de que, se o consumidor estiver enviesado com suas emoções (2,9) ou desconsiderar as consequências futuras de suas compras (3,0: o pagamento da fatura do cartão de crédito, por exemplo), a impulsividade vai preponderar sobre a racionalidade na hora das compras. Dessa forma, tanto a cognição quanto a emoção devem apontar para um equilíbrio em seus gastos.

5.2 Pagamento de contas e renegociação de dívidas

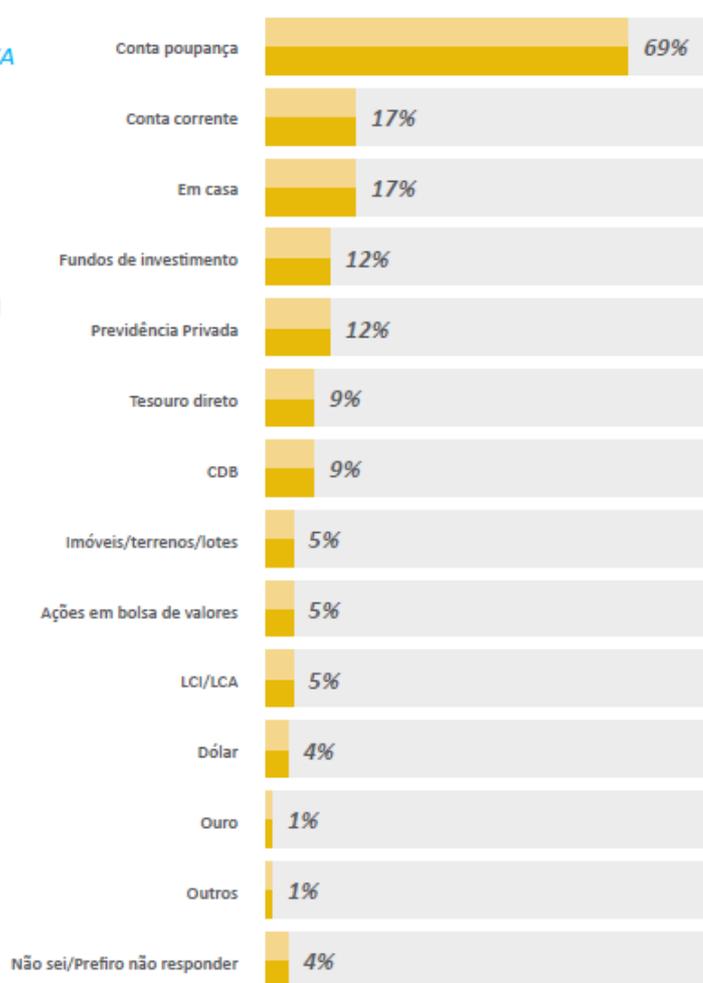
Os juros são “o valor do dinheiro no tempo”. Isto é, funcionam como se fossem o “aluguel do dinheiro”. Os bancos e outras instituições financeiras fazem a intermediação entre quem tem dinheiro (poupador ou investidor) e quem precisa de dinheiro (tomador ou devedor).

Seja um poupador ou um investidor, o dinheiro aplicado na instituição financeira será emprestado ao tomador ou devedor, que pagará o valor mais juros ao banco. O banco, por sua vez, fica com parcela do valor pago como remuneração e devolve a quantia com juros no momento futuro, conforme combinado. Por fim, o tomador vai devolver ao banco um valor superior ao que tomou emprestado e o poupador vai receber um montante maior do que o investido.

Algumas ferramentas de educação financeira podem ajudar o consumidor na hora de decidir pelo crédito mais eficiente, quando for o caso. Calculadora de juros, simulações de empréstimo e análise do Custo Efetivo Total (CET) estão disponíveis em muitos sites na internet, mais precisamente no site do Banco Central pode-se encontrar tais ferramentas.

FIGURA 03: Formas de guardar a reserva financeira

FORMAS QUE GUARDA A RESERVA FINANCEIRA



Fonte: CNDL/SPC, 2019

5.3 Poupança e investimentos

Independentemente do nível de conhecimento, de fato algumas modalidades são consideradas um meio de investir dinheiro para obtenção de ganhos reais, pois muitas escolhas, por vezes, podem ser equivocadas: por exemplo, tratar como investimentos aquilo que não traz nenhuma rentabilidade, como o carro para uso próprio, imóveis para moradia, e também produtos como títulos de capitalização.

Entende-se que a poupança é a diferença entre as receitas e as despesas, isto é, entre tudo que ganhamos e tudo que gastamos. E investimento? Investimento é a aplicação dos recursos poupados, com a expectativa de obter uma remuneração por essa aplicação. Sabe-se que a diferença entre poupança e caderneta de poupança é que a poupança é uma sobra financeira e deve ser direcionada para algum tipo de investimento para que seja remunerada, já a caderneta de poupança ou conta de poupança é um tipo de investimento.

Hoje em dia existem inúmeras opções de investimentos financeiros, apesar disso, muitos cidadãos ainda não conhecem, ou porque não lhes foram apresentados de forma didaticamente entendível, ou porque haja um certo receio, principalmente entre os mais velhos que passaram pelo “confisco da poupança” na era Collor. Estes ainda entendem que o melhor investimento, independentemente do cenário, são compras e vendas de imóveis. Já os mais jovens, gostam bastante de se arriscarem em ativos digitais, como as criptomoedas.

Em estudo realizado pelo SPC, foi perguntado a cada entrevistado se ele consideraria um tipo de investimento, desde imóveis, dólar e até poupança. A Figura 4 representa o resultado geral dos entrevistados. Destaca-se que as criptomoedas são mais aceitas como investimentos do que as LCI's e LCA's oferecidas pelos bancos.

Os imóveis ainda ocupam grande importância na grade de investimentos dos brasileiros. Com quase 80% dos entrevistados considerando-os uma fonte de renda de investimentos.

FIGURA 04: Opções que considera um tipo de investimento

RESPOSTAS – RU POR ITEM	SIM	NÃO	NÃO SEI
Conta poupança	88%	9%	3%
Apartamento ou casa para alugar a terceiros	79%	15%	6%
Fundos de investimento	77%	11%	12%
Apartamento ou casa para moradia	74%	20%	6%
Ações em bolsa de valores	70%	18%	12%
Dólar	68%	19%	13%
Previdência Privada	66%	20%	15%
Fundos imobiliários	66%	19%	15%
Tesouro direto	63%	17%	20%
Título de capitalização	58%	27%	15%
CDB	54%	16%	30%
Criptomoedas (bitcoin, litecoin, etherium etc.)	43%	31%	26%
Carro particular para uso próprio	41%	49%	9%
Carro para transporte particular de outras pessoas	41%	46%	13%
Derivativos (contratos futuros e opções)	35%	28%	37%
LCI/LCA	34%	23%	42%
Debêntures	26%	27%	47%

Fonte: CNDL/SPC, 2018.

Outro destaque são as ações, que com 70% entendendo essa classe como investimento, tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Em 2018, o número de investidores PF na B3 era de cerca de 700 mil e, em dezembro de 2022, foi atingida a marca de 5 milhões, representando um aumento de mais de 700%, segundo dados da B3 (2023).

5.3.1 Reserva de Emergência: o que é e para que serve?

Ao que tudo indica, grande parte dos consumidores não está disposta à disciplina e ao empenho que são necessários para economizar regularmente. De acordo com dados do Indicador de Reserva Financeira da CNDL e do SPC em agosto de 2018, somente um terço dos brasileiros costuma constituir uma reserva de dinheiro (32,5%, aumentando para 35,0% entre os homens e 51,1% na Classe A/B), sendo que 21,4% poupam o que sobra do orçamento (aumentando para 34,1% entre as classes A/B) e 11,1% estipulam um valor a ser poupado previamente (aumentando para 17,0% na Classe A/B). Em contrapartida, 55,9% não poupam (aumentando para 64,4% na Classe C/D/E), sendo que 52,5% não têm nenhuma reserva de dinheiro (aumentando para 58,7% na Classe C/D/E), e 7,4% não poupam atualmente, mas têm alguma reserva.

Dentre aqueles que possuem reserva financeira, independentemente de investir ou não, 68,6% consideram-na importante para o caso de imprevistos com doenças, desemprego, etc. (aumentando para 82,1% entre os mais velhos), enquanto 67,4% almejam garantir um futuro

melhor para a família (aumentando para 75,3% na Classe A/B) e 43,5% preocupam-se com a aposentadoria (aumentando para 67,0% entre os mais velhos e 59,3% na Classe A/B).

Basicamente, a reserva de emergência (ou reserva financeira) é o acúmulo de um montante que, em caso de cessar a renda da família, cobriria todos os gastos principais, como aluguel, alimentação, luz, água, etc. Esse montante pode variar de 6 a 12 meses. O tempo em meses escolhido para formar a reserva pode depender de fatores como: quantidade de pessoas com renda, idade dessas pessoas, se possuem dívidas, se possuem filhos, tipo de trabalho (CLT ou profissional liberal), etc. Logo, por exemplo, uma família que tenha uma despesa mensal de R\$2.000,00, teria de ter nessa aplicação financeira o montante de R\$12.000,00 a R\$24.000,00, a depender da escolha de estratégia da família. É importante ressaltar que esse valor deve ser aplicado em investimentos de baixíssimo risco e liquidez imediata, uma vez que não há controle sobre os fatos de perda de renda.

5.3.2 O tripé dos investimentos

Liquidez: refere-se à capacidade de um artigo ou investimento ser transformado em dinheiro, a qualquer momento e por um preço justo. Por exemplo, o ativo mais líquido que existe é o próprio dinheiro. Fundos de aplicação em renda fixa e caderneta de poupança, com resgate imediato, são considerados produtos com alta liquidez. Já os imóveis, por exemplo, podem levar muito tempo para serem vendidos, sendo considerados investimentos de baixa liquidez.

Risco: é a probabilidade de ocorrência de perdas. Quanto maior o risco, maior a probabilidade de o investidor incorrer em perdas. Dependendo do investimento, pode-se ganhar ou perder pequenos ou grandes valores. Exemplos de investimentos de menor risco são a caderneta de poupança e o tesouro direto, desde que permaneça de posse do título e o resgate na data de seu vencimento, enquanto as ações são consideradas investimentos de maior risco.

Rentabilidade: é o retorno, a remuneração do investimento. Quando se faz um investimento, gera-se uma expectativa de rentabilidade que pode se concretizar ou não. Em geral, quanto maior a rentabilidade prometida, maior o risco de perder a quantia aplicada ou maior o tempo de aplicação (menor liquidez). Ou seja, o que ganhamos em segurança perdemos em rentabilidade e vice-versa. Logo, antes de escolher, deve-se comparar a rentabilidade prometida com a média do mercado e desconfiar de promessas muito boas.

5.3.3 Empréstimos e Financiamentos

O crédito é uma fonte adicional de recursos que não pertence ao tomador, mas obtidos de terceiros (bancos, financeiras, cooperativas de crédito, etc.), que possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou contratação de serviços. Existem várias modalidades de crédito, como por exemplo: limite do cheque especial, cartão de crédito, empréstimos, financiamentos imobiliários ou de veículos, compra a prazo em lojas comerciais etc. É muito importante para uma boa saúde financeira saber indicar a modalidade de crédito mais adequada para cada situação, pois com a devida compreensão dos custos envolvidos nas operações de crédito, é mais fácil o uso do crédito de forma consciente.

5.3.4 O que é o CET (Custo Efetivo Total)?

Existem outros custos envolvidos na operação, além da taxa de juros. Para que o consumidor possa comparar melhor as condições dos financiamentos oferecidos pelas instituições financeiras, os bancos e outras instituições financeiras devem informar ao cliente o CET (Custo

Efetivo Total), além de fornecer a respectiva planilha de cálculo previamente à contratação da operação.

O CET deve ser expresso na forma de taxa percentual anual e agrupa todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito (taxa de juro, tarifas, tributos, seguros e outras despesas cobradas). O objetivo dessa taxa é facilitar a comparação das opções de empréstimo e financiamento para o consumidor, que, por meio da planilha de cálculo do CET, deve explicitar, além do valor em reais de cada componente do fluxo da operação, os respectivos percentuais em relação ao valor total devido.

5.3.5 Seguros: Uma ferramenta de proteção

Há um entendimento dos estudiosos em economia comportamental que, a maioria das pessoas tende a negar a si mesmo numa situação futura desfavorável. Estes são propensos a pensar que “tudo vai dar certo”, e que já possuem o suficiente para o sustento e para uma vida digna e confortável e que as coisas vão se resolver favoravelmente, de alguma forma. A este fenómeno, dá-se o nome de “viés de otimismo”. Este viés pode ser extremamente perigoso do ponto de vista financeiro. Geralmente, a pessoa com excesso de otimismo sobre o futuro, com muita confiança em sua capacidade de decisão e ação, costuma subestimar a probabilidade de eventos negativos e sobre-estimar sua própria capacidade de lidar com tais imprevistos.

Sendo assim, pode não se preparar adequadamente, priorizando objetivos de curto prazo em detrimento da necessária formação de poupança de longo prazo, o que pode ocasionar uma situação de vulnerabilidade para si e para aqueles que dela dependem.

Entende-se que, a busca por melhores condições de vida envolve, entre outros fatores, a constituição de patrimônio e renda familiar, que geralmente são acumulados em anos de trabalho, mas que podem ser perdidos, de uma hora para outra, em virtude da exposição a riscos. Para proteger contra o perigo, contra as incertezas quanto ao futuro, contra a possibilidade de perda de bens, da renda individual ou familiar, busca-se o mercado de seguros, que possibilita diversas formas de proteção.

No entanto, a ampla diferença de produtos e coberturas oferecidas no mercado de seguros mostra a importância da implementação de ações específicas e continuadas de Educação Financeira, buscando nivelar conhecimento e informações não somente quanto aos produtos, mas também com relação aos direitos e obrigações dos segurados.

O QUE?	PARA QUÊ?	COMO?	RESULTADOS
Reserva de Emergência	Complemento orçamentário em casos emergenciais	Acúmulo de 6 a 12 meses das despesas fixas em um investimento muito conservador e com liquidez	Diminuição do risco de inadimplemento das despesas; melhor gestão de caixa; mais tranquilidade para a reposição de renda
Tripé dos investimentos	Conhecimento do mecanismo de investimentos	Análise de Risco, Rentabilidade e Liquidez,	Escolhas mais assertivas de investimentos;

		entendendo melhor o funcionamento do mercado financeiro	melhor gestão dos recursos financeiros
Empréstimos e Financiamentos	Alavancagem patrimonial; investimento e ampliação de patrimônio	Utilização de linhas de crédito para compra de bens e serviços, a fim de proporcionar realizações antecipadas e investimentos em ampliação produtiva	Melhor controle de pagamento de juros; Utilização das linhas de crédito mais adequadas a cada situação de necessidade
CET (Custo Efetivo Total)	Entendimento do custo do dinheiro e suas variáveis	Raciocínio do real valor a ser pago nas contratações de empréstimos com juros	Clareza para melhor tomada de decisão para o tomador
Seguros	Diminuição das incertezas financeiras e orçamentárias	Contratação da melhor apólice para o caso específico	Mais margem de segurança para gestão financeira

TABELA 1: RESUMO DESCRITIVO DOS TÓPICOS 5.3 – Fonte: próprio autor

6. Conclusões

Conclui-se que a educação financeira é essencial para uma sociedade mais equalitária, equilibrada e funcional. Famílias e empresas enfrentam grandes desafios orçamentários e ter o conhecimento e habilidades para melhor gerir seus recursos são de grande valia para a saúde financeira de tais instituições.

A Conscientização financeira pode ser entendida como o processo de adquirir conhecimento, habilidades e compreensão sobre questões relacionadas ao dinheiro e às finanças pessoais. Com ela, uma economia tem seu funcionamento mais eficaz, uma vez que a transparência é percebida nas relações comerciais.

Os mecanismos de funcionamento do mercado financeiro são compostos pela poupança das empresas e pessoas físicas, os investimentos financeiros para preservação do capital e alavancagem patrimonial e produtos financeiros propriamente ditos, onde esses três se encontram formando uma alavanca que gira a economia em seus diversos setores produtivos.

Em se tratando das possíveis ferramentas de divulgação da educação financeira no Brasil, pode dizer que tais conhecimentos, ferramentas e habilidades geram maior valor para os produtos e serviços, haja vista que estes não são subutilizados, ao contrário, são utilizados com eficiência operacional.

Sendo assim, um dos maiores desafios de educar a população, é o de desenvolver uma educação financeira no Brasil que se adeque à realidade de cada região. Desta forma, considerando suas diversas classes sociais, fontes de renda, escolaridade, perfis de consumo e

até de cultura local, essas informações se integram para aplicar uma metodologia que realmente funcione.

Por uma perspectiva, esse estudo também teve por objetivo contribuir para a análise de das políticas públicas e privadas de atores do sistema financeiro. Os autores consideram extremamente relevante que se tenha um olhar socioeducativo para o tema, a fim de dar mais independência intelectual às famílias nas tomadas de decisões financeiras.

No Brasil, apesar de avançarmos muito da promulgação da educação financeira com o advento das mídias sociais, entende-se que ainda há uma grande lacuna entre o consumidor final dos produtos financeiros e as instituições financeiras. Campanhas de marketing para conscientização de golpes financeiros, pirâmides e demais esquemas fraudulentos são essências para que as instituições financeiras não só evitem perdas financeiras quanto aumentem sua credibilidade com seus clientes.

Pode-se citar alguns tópicos importantes sobre a Educação Financeira no Brasil:

- **Iniciativas Governamentais:** O governo brasileiro reconheceu a importância da educação financeira e tem promovido programas e políticas nesse sentido. O Programa Nacional de Educação Financeira (PNEF), lançado em 2010, é um exemplo notável. O PNEF visa promover a educação financeira em todo o país, envolvendo escolas, instituições financeiras e outras entidades.
- **Inclusão Financeira:** A educação financeira está interligada com a inclusão financeira no Brasil, que busca levar serviços financeiros a um número maior de pessoas, especialmente aquelas que estavam fora do sistema bancário. A inclusão financeira é vista como uma forma de melhorar a vida financeira das famílias brasileiras.
- **Parcerias com o Setor Financeiro:** Muitos bancos e instituições financeiras no Brasil têm desenvolvido programas de educação financeira para seus clientes. Eles oferecem informações sobre poupança, investimentos e uso responsável do crédito. Essas parcerias ajudam a disseminar a educação financeira.
- **Educação nas Escolas:** A introdução da educação financeira nas escolas tem sido um foco importante. Várias escolas em todo o Brasil começaram a incorporar a educação financeira em seus currículos, ensinando conceitos financeiros desde cedo para preparar as gerações mais jovens.
- **Desafios:** No entanto, a educação financeira no Brasil enfrenta desafios significativos. Muitos brasileiros ainda têm baixo acesso a serviços financeiros básicos, e o endividamento excessivo é um problema comum. Além disso, a falta de alfabetização financeira em algumas áreas contribui para decisões financeiras inadequadas.

Em resumo, a educação financeira no Brasil está evoluindo e ganhando relevância, mas ainda há muito trabalho a ser feito para melhorar a conscientização e a compreensão financeira em todo o país. Esforços contínuos de governos, instituições financeiras, educadores e organizações da sociedade civil são necessários para promover uma cultura de educação financeira no Brasil.

Finalmente, conclui-se esse trabalho com uma visão de continuidade de pesquisa futura em assuntos correlatos, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre o mercado financeiro e a educação financeira como um instrumento de melhor utilização das ferramentas e produtos financeiros. O comportamento das famílias de baixa renda (classes D e E) e a educação financeira pode ser uma sugestão plausível para um estudo futuro nessa área.

Referências bibliográficas

BARBOSA, N. H. (2017). Taxa Real de Juro: Evolução e Perspectivas. 2017.

BCB – Banco Central do Brasil (Julho 2023). Fonte: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>

BEHRMAN, et al. (2012). How Financial Literacy Affects Household Wealth Accumulation. American Economic Review. DOI:10.1257/aer.102.3.300. Source PubMed

BRAGA, S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C; FIORI, J. L. (Org.). Poder e dinheiro. Editora Vozes, 6ª edição, p.195/242, 1998

B3 (Julho de 2023). Nossos Investidores. Fonte: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/

CND/SPC (Janeiro de 2019) – Fonte: <https://site.cndl.org.br/noticias/pesquisas/>

HERMANN, J. Financial structure and financing models: the Brazilian experience over the 1964-1997 Period. In: Journal of Latin American Studies, p. 71-114, 2002.

KELNIAR, V. C., LOPES, J. L., & PONTILI, R. M. (2013). A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: REVISITANDO CONCEITOS . VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, (p. 12).

KLAPPER, L., LUSARDI, A., & OUDHEUSDEN, P. V. (2014). Financial Literacy Around The World: Insights From The Standard & Poor's Services Global Financial Literacy Survey., (p. 28).

OCDE. (Agosto de 2018). Fonte: OCDE.org: <http://www.oecd.org/>

PALLEY, T. Financialization: what it is and why it matters. The Levy Economics Institute of Bard College, Working Papers n. 525, December, 2007.

SAVOIA, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. D. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração pública, 41(6), 1121-1141. 2007

SOARES, L. N. (Maio de 2016). Introdução ao Estudo da Educação Financeira para Jovens. p. 34.